



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº4/69

DISPÕE SOBRE A TRANSCRIÇÃO DAS SENTENÇAS  
DECLARATÓRIAS DE USUCAPIÃO.

O DESEMBARGADOR NORBERTO DE MIRANDA RAMOS, CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO que em algumas comarcas os Senhores-Oficiais do Registro de Imóveis vêm procedendo à cobrança de custas pela transcrição das sentenças declaratórias de usucapião, de acôrdo com o disposto no Capítulo III, Seção-III, Número 4, Inciso I, do Regimento de Custas do Estado;

CONSIDERANDO que, esse procedimento, não merece subsistir, porisso que, a hipótese configurada no mencionado dispositivo, refere-se à transcrição ou inscrição de escritura de transmissão da propriedade, a qualquer título;

CONSIDERANDO que, o usucapião constitui-se em forma originária de aquisição da propriedade e, pois, incorre transmissão da propriedade;

CONSIDERANDO que, a transcrição da sentença declaratória de usucapião não opera a transferência do domínio, servindo a transcrição do título do adquirente por usucapião, para conhecimento de terceiros e disponibilidade do imóvel;

CONSIDERANDO que não se justifica a inclusão da transcrição da sentença de usucapião, nos casos alcançados pelos dispositivos acima mencionados, do Regimento de Custas, por não se ajustarem à espécie,

RECOMENDA aos Doutores Juizes de Direito e Juizes Substitutos do Estado façam observar, no tocante às custas pela transcrição das citadas sentenças, o disposto no Capítulo III, Seção III, OBSERVAÇÕES 2ª, cobrando-as os Senho-



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

res Oficiais do Registro de Imóveis de acôrdão com o previs  
to no Capítulo III, Seção I, Subseção II, Número 17.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Florianópolis, 15 de julho de 1969.

*Volante de Linsangs*  
Corregedor Geral da Justiça